

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pacheco defende auxílio permanente 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

PEC libera R\$ 106 bi sem espaço para reajustes e auxílio a caminhoneiros 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo Refis será pautado e aprovado pela Câmara, afirma Lira 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A PEC 110 e o setor de serviços (Artigo) 10

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Chile é alerta sobre a falta de reformas (Editorial) 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco fala em 'ampla maioria' para aprovar desoneração da folha 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresas vão à Justiça contra demora do Fisco 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Focus: inflação do ano além dos 10% 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Inflação e desemprego (Editorial) 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Relator muda texto do Auxílio Brasil e inclui reajuste automático pela inflação 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação eleva para R\$ 106 bi folga com PEC dos precatórios 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Impasse da PEC ameaça atrasar a aprovação do Orçamento de 2022 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mudanças climáticas já afetam portos brasileiros, aponta estudo 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Telefone fixo pode gerar dívida de R\$ 26 bi para União em 2023 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo prevê dívida estável mesmo com piora fiscal em 2022 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Gestão econômica deve voltar aos trilhos em 2023"26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Relator eleva linha de pobreza do Auxílio Brasil e quer reajuste anual27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula e Moro avançam nas redes28

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Sem saída fácil para armadilha da dívida (Artigo)29

Pacheco defende auxílio permanente

**MANOEL VENTURA, JULIA LINDNER, GERALDA DOCA
E FERNANDA TRISOTTO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PEC libera R\$ 106 bi sem espaço para reajustes e auxílio a caminhoneiros



Thiago Resende e Renato Machado

A PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios deve liberar um aumento de R\$ 106,1 bilhões nos gastos do governo federal em 2022 e, mesmo assim, os recursos não são suficientes para bancar as promessas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que pretende concorrer à reeleição.

Segundo dados atualizados divulgados pelo Ministério da Economia nesta segunda-feira (22), a verba extra deve ser usada para pagamento de despesas obrigatórias (como aposentadorias e pensões), a ampliação do benefício do Auxílio Brasil e a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos (medida que reduz contratação de funcionários) a 17 setores.

Pelas contas do governo, sobrariam apenas R\$ 1,1 bilhão. Esse valor, porém, não é suficiente para as demais promessas de Bolsonaro, como medidas voltadas para caminhoneiros, o vale-gás para a população de baixa renda e o reajuste salarial a **servidores públicos** federais.

Para conseguir mais dinheiro, o governo e o Congresso terão que negociar ajustes no Orçamento de 2022. Há pressão também por aumento nos recursos reservados a emendas parlamentares, que são usadas por deputados e senadores para enviar verba a projetos e obras em suas bases eleitorais.

O ajuste deve ser feito com um corte em despesas discricionárias, que não são obrigatórias e financiam o funcionamento da máquina pública.

No fim de outubro, o governo chegou a anunciar que a PEC permitiria uma ampliação de R\$ 91,6 bilhões no próximo ano. Essa projeção foi atualizada para R\$ 106,1 bilhões por causa da expectativa de que a **inflação** irá acelerar ainda mais até dezembro.

A elevação do valor do Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família, para o patamar mínimo de R\$ 400 por beneficiário deve custar R\$ 51,1 bilhões no próximo ano.

As despesas obrigatórias devem consumir R\$ 48,6 bilhões no espaço orçamentário a ser aberto com a PEC.

A desoneração da folha de pagamentos tem um custo estimado em R\$ 5,3 bilhões -valor a ser acrescido nas despesas do Orçamento de 2022.

Os dados foram apresentados pelo secretário de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, em debate no Senado sobre a PEC.

"A impressão que nós temos aqui no Ministério da Economia é que essa incerteza relacionada a como vão ficar o pagamento do programa social e o teto dos gastos está criando uma incerteza muito grande nos agentes econômicos", afirmou o secretário. Ele defendeu que a solução seja aprovada logo pelo Congresso para encerrar essa discussão e não abrir margem para propostas como um novo decreto de calamidade, o que é rejeitado pela equipe econômica.

"Por isso é tão importante fazermos uma alteração que seja na Constituição, uma alteração que crie o espaço estrutural para esse programa. Porque se não, no ano que vem, a gente efetivamente corre o risco de estarmos às vésperas da eleição, às vésperas do primeiro turno, sendo levado a rediscutir a Constituição, a rediscutir o teto dos gastos, a rediscutir as condições de um decreto de calamidade, em que ele não tem as mesmas dificuldades de ser modificado da Constituição", declarou Colnago.

O quadro divulgado por ele não inclui outras medidas prometidas por Bolsonaro.

De acordo com técnicos da Câmara, cerca de R\$ 600 milhões devem ser usados para pagar o auxílio-gás, sancionado pelo presidente nesta segunda.

As famílias beneficiadas terão direito, a cada bimestre, a receber valor correspondente a pelo menos metade do preço do botijão de 13 kg.

A lei do "auxílio Gás dos Brasileiros" determina que podem ser beneficiadas as famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo.

Para a chamada "bolsa-diesel", prometida por Bolsonaro, o governo deverá precisar de mais R\$ 3,6 bilhões no próximo ano. Bolsonaro já afirmou que lançaria um programa de R\$ 400 por mês a cerca de 750 mil caminhoneiros.

No caso do reajuste para servidores, o presidente não declarou qual será o índice de correção dos salários. Mas um reajuste de 5%, como vem sendo cogitado, custaria cerca de R\$ 15 bilhões.

Para as emendas parlamentares, líderes do Congresso chegaram a defender um aumento de R\$ 16 bilhões nesses recursos, mas as negociações mais recentes indicam que o valor chegará, no máximo, a R\$ 7 bilhões.

"As demandas são infinitas. Eu acredito que, durante a tramitação [do projeto de Orçamento de 2022], o Congresso vai reduzir as despesas discricionárias em R\$ 15 bilhões. Isso vai piorar a qualidade do gasto [público]", disse o economista Marcos Mendes, colunista da Folha e um dos criadores da regra fiscal.

Para ele, a PEC desmonta o teto de gastos. "Toda vez que precisar gastar mais, vão aprovar uma PEC para gastar mais."

Pelos cálculos de Mendes, o efeito da PEC dos precatórios poderá chegar a R\$ 113 bilhões no aumento de despesas em 2022. Ele considera uma estimativa de **inflação** de 10%. O índice usado pelo governo na conta mais recente é de 9,7%.

Também nesta segunda, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a PEC dos Precatórios "difícilmente" será votada nesta semana pelo plenário do Senado. No entanto, afirmou que vai buscar pautá-la no plenário até o fim da semana que vem.

O presidente do Senado também disse que há emendas "interessantes" e "inteligentes" que estão

sendo apresentadas ao texto original, que serão avaliadas pelo relator, Fernando Bezerra (MDB-PE). Comentou em particular as emendas do líder do MDB, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que tornam o programa Auxílio Brasil permanente e que criam uma comissão para auditar os precatórios.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49738&anchor=6445803&pd=f375a32c157d8c79c56c3c3fa0327669>



Entenda os principais pontos da PEC do Calote

1) MUDANÇA NO INDEXADOR DO TETO DE GASTOS

O que é o teto

Regra constitucional aprovada em 2016 que limita o aumento da maior parte das despesas federais à inflação do ano anterior

Como é hoje

O teto é corrigido pela inflação medida pelo IPCA em 12 meses até junho do ano anterior

Com fica

O valor é recalculado, retroativamente, com base no IPCA de janeiro a dezembro; na prática, isso amplia o teto

2) TETO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

O que é precatório

Dívidas da União já reconhecidas pela Justiça e sem possibilidade de recurso

Como é hoje

Precatórios inscritos no Orçamento são pagos

Como fica

É criado um valor máximo a ser quitado no ano (cálculo usa como base o montante pago em sentenças judiciais em 2016 e corrige esse número pela inflação); os precatórios que ficarem fora desse limite deverão ser pagos em outros anos

Prioridade no pagamento

Precatórios de pequenos valores, como de aposentados, e os do Fundef (fundo de educação) terão preferência para serem quitados no ano em que forem emitidos; no caso do Fundef, a dívida será parcelada em três anos, com parcelas de 40%, 30% e 30% do valor

3) REFIS A MUNICÍPIOS

O que diz a PEC

Possibilidade de municípios parcelarem dívidas com a União caso aprovelem reformas da Previdência locais

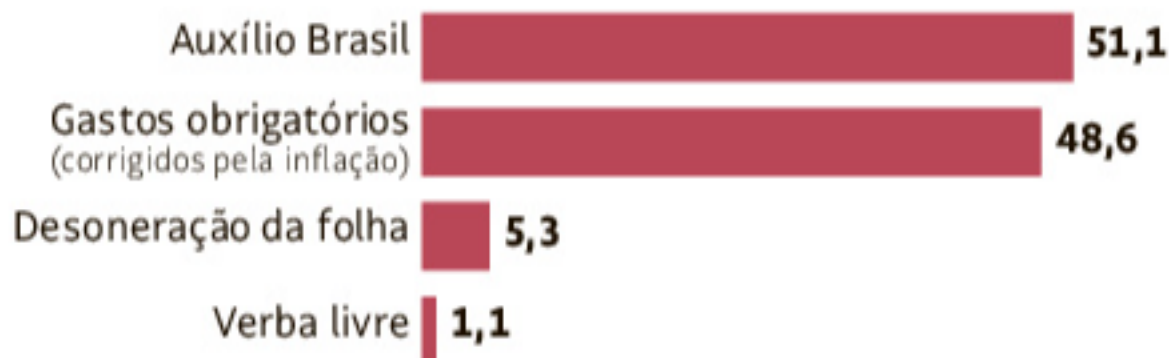
Condições

Municípios terão que comprovar mudanças específicas nas regras previdenciárias. Uma delas é que os servidores municipais não poderão pagar alíquotas menores que os servidores da União

Pressão por gastos é maior que espaço aberto no Orçamento

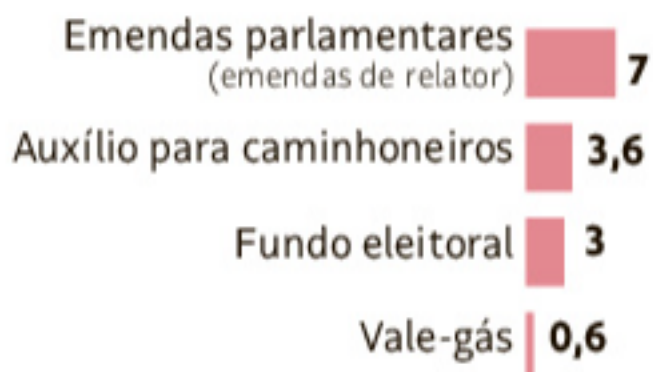
O que está na conta do Ministério da Economia

Valor, em R\$ bilhões



O que ainda está em negociação

Valor, em R\$ bilhões



Fontes: Ministério da Economia e Consultoria de Orçamento da Câmara

Novo Refis será pautado e aprovado pela Câmara, afirma Lira

Washington Luiz e Renato Machado

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta segunda-feira (22) que o projeto do novo Refis será pautado e aprovado pela Casa. Sem se comprometer com datas, ele garantiu que irá cumprir o acordo feito com o Senado sobre a tramitação da reforma tributária.

"O Refis todo mundo quer. Então, o que todo mundo quer, geralmente o governo não quer e nós temos que estar ali fazendo sempre a interface. Pois bem, o Senado não votou [a reforma do] Imposto de Renda e o relator anda dizendo que não vai votar. Nós vamos votar o Refis, talvez não o texto que o Senado aprovou, talvez não o mesmo texto, mas vamos aprovar o Refis", prometeu Lira durante evento promovido pela Abad (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores).

A proposta foi aprovada pelos senadores em agosto. De autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o texto parcela dívidas de devedores da União em 12 anos e perdoa juros e multas em até 90%.

De acordo com Lira, o Senado havia se comprometido a votar a reforma do Imposto de Renda até 15 de outubro para que o Refis fosse pautado na Câmara em seguida. Os senadores, no entanto, ainda resistem em apreciar o projeto do IR. O próprio Ângelo Coronel (PSD-BA), responsável pelo parecer da proposta, diz que a possibilidade de aprová-lo em novembro é remota.

A demora tem irritado o presidente da Câmara. Lira argumenta que a tributação de lucros e dividendos, prevista na reforma do imposto, servirá de fonte para garantir recursos ao novo programa social do governo, o Auxílio Brasil.

"Nós temos números estupefacentes: R\$ 330 bilhões são distribuídos por ano sem pagar um tostão de dividendo. É justo não enfrentar esse debate como o Senado está fazendo? Eu não personifico em ninguém. Não é correto, você tem que se debruçar sobre esse assunto. Aprova, modifica, emenda altera, mas tem que dar prosseguimento", criticou.

Pelo texto atual da proposta, o novo Refis permitirá a

possibilidade de renegociação de débitos tributários para pessoas físicas e empresas, inclusive àquelas que se encontram em recuperação judicial e submetidas ao regime especial de tributação.

Poderão ser pagos ou parcelados os débitos vencidos até o último dia do mês anterior à entrada em vigor da lei. As parcelas terão valores reduzidos nos três primeiros anos.

As empresas que aderirem ao programa terão modalidade de liquidação diferente conforme a queda de faturamento registrada entre os períodos de março a dezembro de 2020 em comparação com o período de março a dezembro de 2019. Quanto maior a queda de faturamento, melhores serão as condições de pagamento da dívida.

Embora o próprio ministro Paulo Guedes (Economia) tenha sinalizado apoio a um projeto de renegociação de dívidas tributárias, membros da pasta afirmam que o programa não poderia ser tão amplo.

O ministério é contrário em especial a um programa que permita a renegociação de dívidas para quem não foi afetado pela crise da Covid-19 ou para quem lucrou no período.

A preocupação é que o impacto fiscal decorrente do texto represente mais uma bomba a estourar nas contas públicas, que estão em déficit desde 2014. Por isso, a tendência é que a pasta recomende que ele não seja sancionado.

Também na manhã desta segunda-feira (22), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), rebateu Lira, que havia indicado em entrevista à Folha que o senador mineiro não cumpria acordos.

Questionado sobre o assunto, Pacheco disse que mantém um acordo com os senadores "que é de cumprir a Constituição". Em outra indireta, também declarou que o principal acordo a ser cumprido é com a sociedade brasileira.

"Todos nós cumprimos nossos compromissos. Eu tenho um acordo firmado com os senadores do Senado Federal, que é de cumprir a Constituição, cumprir de maneira democrática o trâmite dos processos, dos projetos. O projeto do imposto de

Renda eu estou cumprindo fielmente aquilo que eu me comprometi com os senadores que é de submeter a eles, através da comissão de assuntos econômicos, uma reflexão que possa ter a participação de todos", afirmou, após evento na Associação Comercial de São Paulo.

"Processo legislativo deve ser amadurecido, deve ser maturado, deve-se ouvir a sociedade. Então esse é um caminho normal. Eu acho que esse é o principal acordo que deve ser cumprindo, que é o acordo com a sociedade brasileira", completou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49738&anchor=6445803&pd=f375a32c157d8c79c56c3c3fa0327669>

A PEC 110 e o setor de serviços (Artigo)

Bernard Appy

Em artigo publicado no dia 10/11 neste jornal, Jeferson Passos e Pedro Pedrossian Neto teceram críticas à proposta de unificar o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) num único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), na forma proposta na PEC 110, em tramitação no Senado Federal.

Segundo os autores, a mudança aumentaria a carga tributária do setor de serviços, estimulando a sonegação, além de obrigar os municípios a viver de repasses dos Estados. Para eles, seria melhor reformar o ICMS e o ISS, mas manter a segmentação entre os dois **tributos**.

Como exposto pelo professor Ernesto Lozardo, em artigo aqui publicado no dia 17/11, o argumento de que o setor de serviços seria prejudicado não se sustenta por duas razões. A primeira é que a prestação de serviços para empresas não será onerada, pois o tomador do serviço recuperará, na forma de crédito, todo o imposto pago pelo prestador. A segunda razão é que os serviços prestados a consumidores finais, no que o risco de sonegação é mais elevado, já são predominantemente prestados por empresas do Simples, que não serão afetadas pela **reforma tributária**. Quem vai sofrer maior tributação são os serviços prestados a consumidores finais por grandes empresas - como serviços de streaming -, hoje pouco tributados pelo ISS. Não há razão para que esses serviços sejam menos tributados que mercadorias como alimentos ou roupas.

Também é equivocado dizer que os municípios vão passar a depender de repasses dos Estados.

A PEC 110 prevê que parte do IBS pertencerá aos municípios, que inclusive poderão gerir a sua alíquota e participarão, conjuntamente com os Estados, da administração do imposto.

Haverá, sim, a transferência de 25% da parcela estadual do IBS (cota-parte) aos municípios, assim como já ocorre hoje com o ICMS, mas com novos critérios de distribuição. O que muda é a enorme distorção na distribuição de receita entre os municípios.

Hoje, a diferença entre o maior e o menor valor de receita por habitante dos municípios (com ISS e cota-parte) é de 214 vezes. Com a PEC 110 essa diferença cairá para 18 vezes.

Por fim, e este é o ponto mais importante, a manutenção da segmentação entre ICMS e ISS retira parte importante do efeito positivo da **reforma tributária** sobre o crescimento do País, pois ela resulta em cumulatividade, onerando os investimentos e as exportações.

Quem perde é toda a sociedade, inclusive o setor de serviços - o que mais se beneficia quando cresce o poder de compra da população.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Chile é alerta sobre a falta de reformas (Editorial)

Desde os protestos de 2019, o Chile tem sido dominado por humores antipolíticos e extremistas, sobretudo à esquerda.

Nas eleições da nova Constituinte, os 68% das cadeiras para candidaturas independentes confirmaram a primeira inclinação e os 35% à extrema esquerda, a segunda. O primeiro turno do pleito presidencial não só não arrefeceu os ânimos, como inflamou o extremo à direita. Agora, os chilenos escolherão entre o progressismo radical de Gabriel Boric e o conservadorismo duro de José Antonio Kast. Se vencer o primeiro, será o governo mais à esquerda desde a curta e caótica gestão comunista de Salvador Allende; o segundo, será o mais à direita desde a longa ditadura militar de Augusto Pinochet.

Ante os protestos contra a precariedade dos serviços públicos e da cobertura social, o governo promoveu em 2020 um plebiscito para decidir se o Chile deveria reescrever sua Constituição. Era uma oportunidade de oferecer melhores respostas ao populismo e à anarquia das ruas e de realizar a necessária superação da Constituição de Pinochet.

Mas o fracasso das coalizões tradicionais da esquerda e da direita reflete desproporcionalmente a revolta e o idealismo das novas gerações em desfavor das conquistas das gerações passadas.

Em que pesem os justos anseios por mais igualdade e melhores serviços, nos últimos 30 anos o **PIB** per capita, o maior da América Latina, quase triplicou e a pobreza e a desigualdade caíram além da média regional. Apesar da Constituição de Pinochet favorecer a direita, a esquerda esteve por mais tempo no poder.

A configuração que sairá do experimento constitucional é imprevisível. Os colapsos nas coalizões da extrema esquerda sugerem a possibilidade de um reequilíbrio. Ainda assim, a pressão irrealista por direitos sociais, inflamada por uma militância anticapitalista, pode criar uma Carta fiscalmente insustentável.

Essa tendência parecia sacramentada no início da corrida eleitoral com o favoritismo do ex-líder estudantil de 35 anos, Gabriel Boric. Ele recuou de propostas como a anistia para imigrantes ilegais ou a exigência de que metade dos conselhos das empresas

fosse de operários. Mas, mesmo que se incline à moderação, seus aliados comunistas dificilmente tolerarão recuos em outras medidas radicais, como um aumento de **impostos** equivalente a 8% do **PIB**, transportes públicos gratuitos ou a abolição de aposentadorias privadas.

O apelo à lei a à ordem de Kast representa a reação aos excessos dos protestos. Mas sua plataforma manifesta uma ênfase igualmente excessiva e não majoritária em pautas à direita, como o nacionalismo ou a redução de **tributos**. Se a vitória de Boric pode exacerbar as piores inclinações da Constituinte, a de Kast pode conflitar com as melhores.

A situação no Chile é um alerta sobre a importância de um reformismo constante e realista, e dos riscos envolvidos na sua falta. O país vive o perigo não só de não construir um contrato social mais moderno, equilibrado e equitativo, mas de perder as conquistas logradas sob sua velha Constituição.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacheco fala em 'ampla maioria' para aprovar desoneração da folha

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), disse ontem a empresários em São Paulo que a proposta de prorrogar a desoneração da folha de pagamento tem "ampla maioria" para ser aprovada na Casa. Além disso, ele reforçou a intenção de levar o projeto para votação diretamente no plenário.

redução deve ser mantida até dezembro de 2023

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A proposta foi aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e, como tramita em caráter conclusivo, seguiu direto para a análise do Senado. O presidente Jair Bolsonaro já indicou o propósito de manter a decisão dos parlamentares.

O projeto garante a redução de encargos cobrados sobre a folha de salários para os 17 setores que mais empregam no País, medida que valerá até dezembro de 2023. Empresários desses setores (incluindo call center, comunicação, tecnologia da informação, transporte, construção civil e têxtil) apontam a necessidade de prorrogação do benefício, que acaba em dezembro deste ano, para o funcionamento de segmentos que empregam cerca de 6 milhões de trabalhadores no Brasil.

VOTAÇÃO. Pacheco participou ontem de um debate promovido pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Ao falar sobre propostas em tramitação no Congresso, o presidente do Senado afirmou aos empresários que a desoneração tem "ampla maioria" e que deve ser pautada diretamente no plenário assim que o texto aprovado pela Câmara chegar consolidado aos senadores - o que ainda não ocorreu. No Senado, há expectativa de que a aprovação possa ocorrer ainda nesta semana.

A desoneração beneficia as empresas porque reduz os encargos trabalhistas que são pagos por elas. A medida consiste em trocar os **tributos** sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento. Hoje, essas empresas podem escolher: ou pagam 20% de contribuição previdenciária sobre os salários dos funcionários ou uma alíquota que vai de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto.

6 milhões é o total de empregos gerados pelos 17 setores beneficiados pela redução de encargos tributários sobre a folha mensal de pagamento. Essa

Empresas vão à Justiça contra demora do Fisco

Gilmara Santos De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Focus: inflação do ano além dos 10%



Fernanda Strickland

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país, subiu de 9,77% para 10,12% em 2021. É a 33ª elevação consecutiva da projeção. A previsão do mercado financeiro é baseada na expectativa das instituições para os principais indicadores econômicos. Os dados, divulgados ontem, são do Boletim Focus, uma pesquisa realizada semanalmente pelo Banco Central (BC).

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em outubro a **inflação** acelerou 1,25%, a maior para o mês desde 2002, puxada pelo aumento de preços de combustíveis e dos alimentos. Com isso, o IPCA acumula altas de 8,24% no ano e de 10,67% nos últimos 12 meses.

A previsão para 2021 está acima da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC ? definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Custos de produção

Segundo o economista José Luiz Pagnussat, do Conselho Regional de Economia (Corecon/DF), o aumento da **inflação** tem várias causas. Mas, na atual conjuntura, quase todas estão relacionadas aos custos de produção, com destaque para o aumento dos combustíveis e da tarifa de energia ? que impactam nos preços de todos os produtos, além pesarem na composição do IPCA.

"Ainda nos custos, um segundo fator está relacionado aos impactos da covid-19 na produção, com muitos insumos e componentes escassos no mercado, portanto dificultando a normalização da produção de muitos produtos. E, nessa retomada da economia, há

custos adicionais relacionados aos cuidados necessários. Além disso, há também alguma pressão de demanda localizada, que leva a aumentos de preços", aponta. Pagnussat lembra, ainda, que a **inflação** alta obriga o BC a aumentar os juros, que é o principal freio na retomada do crescimento econômico e da geração de empregos.

Em 2002, o pico da **inflação** passou de 12% e, em 2015, superou 10%. Segundo o conselheiro do Corecon-DF, desde o Plano Real já houve vários momentos de **inflação** de dois dígitos, que sempre levaram a adoção de políticas contencionistas ? como os juros mais altos e o corte dos gastos, cujos efeitos são recessivos.

Já o economista André Braz, da Fundação Getulio Vargas (FGV), enfatiza que sem uma política fiscal severa, a política monetária fica enfraquecida. Isso traz a necessidade de alta de juros, que impacta no crescimento da atividade econômica.

"Quanto maior os juros, menor o crescimento do ano que vem. É uma situação delicada, que dependeria de um comprometimento maior do governo com suas contas públicas. Isso traria um alívio na taxa de câmbio que, por sua vez, também aliviaria as pressões inflacionárias", explica.

Inflação e desemprego (Editorial)

Quem vai ao supermercado tem a exata noção de como o custo de vida disparou no Brasil. Não por acaso, pela primeira vez, os mais de 100 analistas ouvidos semanalmente pelo Banco Central passaram a projetar **inflação** de dois dígitos para este ano, mais precisamente 10,12% - um dado estarrecedor. Quando a carestia supera a barreira de 10%, recolocá-la novamente nos eixos exige um grande sacrifício para a população. As taxas de juros terão que subir muito além do desejado para conter o ritmo da atividade econômica, levando o país, inclusive, à recessão, com mais desemprego e menor distribuição de renda.

O descontrole de preços ocorre num momento já dramático. Desde o início da pandemia do novo coronavírus, a pobreza retornou com força. O Brasil voltou ao mapa da fome mundial. A taxa de desemprego, embora tenha caído para 13,2% no trimestre encerrado em agosto, é a quarta maior em um ranking de 44 economias elencadas pela agência de classificação de risco Austin Rating. O país só está melhor do que a Costa Rica (15,2%), a Espanha (14,6%) e a Grécia (13,8%). No geral, o desemprego no país é mais do que o dobro da média de 6,5% observada entre as nações avaliadas pela consultoria.

A guerra contra a **inflação** e o desemprego está longe de ser vencida. O Banco Central, que tem a missão de manter o custo de vida dentro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - neste ano, o objetivo é de 3,75% e, em 2022, de 3,5% -, dá sinais de ter perdido o controle das expectativas dos agentes econômicos. Nesse ambiente de desconfiança, as remarcações de preços se multiplicam. Para reviver os tempos sombrios de antes do Plano Real não é preciso muito. Basta que o governo insista na sua política desvairada de destruir o ajuste fiscal com o único objetivo de reeleger o presidente da República.

Todos os alertas sobre os riscos embutidos na postura do Palácio do Planalto com o controle das contas públicas foram dados. Bancos e consultorias revisaram as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no próximo ano para queda de até 0,5%. As vendas do varejo, o consumo de serviços e a produção industrial vêm operando no vermelho há meses. Nem mesmo a proximidade do fim de ano, quando as fábricas costumam trabalhar a pleno vapor, está sendo suficiente para reverter o pessimismo.

Em vez de agir com rigor para reverter a carestia, o governo prefere se contentar com o discurso de que a

inflação está alta em todo o mundo por causa da pandemia. Alega, inclusive, que esse é o preço a ser pago por causa do "fique em casa", quando a ciência recomendou, acertadamente, o isolamento social para conter a disseminação da COVID-19. A **inflação** realmente subiu no mundo, mas, no Brasil, está muito além do aceitável.

Inflação e desemprego afetam, sobretudo, os mais pobres. Portanto, a sociedade, como um todo, deve cobrar ações enérgicas do governo para que o crescimento econômico equilibrado, com mais produção, volte ao radar. Isso requer políticas consistentes, claras, além de reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e a competitividade da economia. Governar requer planejamento, equilíbrio e bom senso.

frases

"

O mundo está entrando em uma quarta onda, mas as regiões têm tido um comportamento diferente em relação à pandemia

Mariângela Simão, diretora-geral adjunta de acesso a medicamentos e produtos farmacêuticos da Organização Mundial da Saúde (OMS), ao avaliar a situação da COVID-19

Ao final do inverno (no hemisfério norte), todos na Alemanha estarão vacinados, recuperados ou mortos

Jens Spahn, ministro da Saúde da Alemanha, sobre a COVID-19, em meio a uma preocupante expansão da doença no país

"

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Relator muda texto do Auxílio Brasil e inclui reajuste automático pela inflação



ADRIANA FERNANDES

O governo poderá ser obrigado a reajustar todo ano, pela **inflação**, o valor dos benefícios do Auxílio Brasil, o novo programa social que substitui o antigo Bolsa Família. O reajuste automático, a ampliação do alcance dos pagamentos - com a elevação dos critérios de renda para acesso ao programa -, a proibição de filas e metas para a redução da pobreza são as principais mudanças incluídas pelo deputado Marcelo Aro (PP-MG) na medida provisória que criou o programa desenhado para ter a marca da gestão Bolsonaro.

O reajuste anual é uma demanda histórica da área social, que consta de muitos projetos de lei, mas enfrenta resistência do ministro da Economia, Paulo Guedes. Com o impacto da pandemia da covid-19 sobre o aumento da fome no País, a medida, porém, ganhou força dentro do Congresso, inclusive de partidos aliados do governo, para evitar os casos de anos seguidos sem a manutenção do poder de compra do programa.

"Se a pessoa estiver elegível para receber o benefício, ela receberá.

Não poderá ter fila de espera", disse ao Estadão o relator, ao antecipar as mudanças do seu relatório, previsto para ser votado entre hoje e amanhã no plenário da Câmara.

O texto precisa passar pela Casa e, depois, pelo

Senado. A MP perde validade no próximo dia 7. "Estou buscando a conquista permanente do programa social", disse. O índice de correção seria o INPC. O antigo Bolsa Família tinha mais de dois milhões de famílias na fila, número que aumentou na pandemia.

RESISTÊNCIAS. De olho no apoio da oposição, que critica o fim do Bolsa Família, o relator fez muitas mudanças no texto enviado ao Congresso para conseguir afastar as resistências.

Aro também fez acenos ao Senado ao incorporar pontos do projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) de responsabilidade social. "São as "emendas Tasso", afirmou.

Elas preveem prestação de contas anual do governo ao Congresso sobre o programa, fixação de metas de desempenho - como existe hoje na área econômica para a **inflação** - e a criação de uma espécie de "contapoupança".

Trabalhadores de baixa renda que tenham recolhimento previdenciário passariam a contar com uma poupança para ser usada em períodos de queda de renda.

"Ao fixar os parâmetros monetários do programa (correção pela **inflação**) e acabar com as filas, o relator conseguiu transformar a desastrosa medida provisória vinda do Executivo em um avanço importantíssimo na transferência aos mais pobres", avaliou Leticia Bartholo, socióloga e uma das maiores especialistas do País no Bolsa Família.

Para incluir mais famílias no programa, o deputado ampliou os critérios de acesso per capita (por pessoa) ao programa.

Os valores tinham sido definidos em decreto do governo, mas o relator resolveu subir os valores de referência no relatório. A linha de extrema pobreza subirá de R\$ 100 para R\$ 105 e a da pobreza, de R\$ 200 para R\$ 210.

Outra mudança foi a retirada da limitação de cinco beneficiários por família. O relator incluiu a nutriz (mulher que amamenta) na composição familiar.

No texto original, ela estava fora para receber o

benefício.

Ele ainda incluiu a opção de o beneficiário fazer o saque em lotéricas, e não apenas nas agências da Caixa.

As mudanças no texto

Correção Reajuste anual dos valores dos benefícios pelo INPC

I Proibição de filas Se a pessoa estiver elegível, terá de receber o benefício

I Ampliação do alcance A linha de extrema pobreza subirá de R\$ 100 para R\$ 105 e a da pobreza, de R\$ 200 para R\$ 210 per capita

I Prestação de contas Um ministro terá de ir ao Congresso prestar contas anualmente do programa

I "Conta-poupança" Quem estiver no programa e conseguir provar que tem uma renda terá acesso a um bônus

I Saques Os beneficiários também poderão sacar o pagamento em lotéricas, e não apenas nas agências da Caixa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação eleva para R\$ 106 bi folga com PEC dos precatórios

DANIEL WETERMAN

O Ministério da Economia revisou ontem o impacto da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos precatórios e calculou um espaço maior no Orçamento em 2022, ano de eleições, caso aprovada pelo Senado - o texto já passou pela Câmara. A folga seria de R\$ 106,1 bilhões, e não R\$ 91,6 bilhões como previsto. Esses R\$ 14,5 bilhões de diferença são consequência do efeito do aumento de preços, que corrige o teto de gastos (regra que atrela o crescimento das despesas do governo à inflação).

Os novos números foram apresentados pelo secretário especial do Tesouro e Planejamento, Esteves Colnago, durante sessão temática no Senado.

A expectativa é de que a PEC seja votada nesta semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na próxima semana no plenário.

A mudança ocorreu após a alteração na projeção do IPCA, de acordo com Colnago, de 8,7% para 9,6% em 2021. A inflação deste ano afeta diretamente no cálculo do teto de gastos para o próximo ano e na projeção de algumas despesas obrigatórias.

A PEC altera a regra de cálculo do teto de gastos. Atualmente, o limite é projetado conforme a inflação acumulada em 12 meses até junho do ano anterior.

A proposta muda o período final para dezembro. No quadro atual, a mudança aumenta despesas. O governo alterou a projeção desse dispositivo de uma folga de R\$ 47 bilhões para R\$ 62,2 bilhões, dos quais R\$ 59,6 bilhões são relativos a despesas do Executivo.

A proposta também impõe um limite no pagamento de precatórios (dívidas definidas por decisões judiciais) sob o teto de gastos a partir de 2022. O governo alterou a projeção de espaço com essa medida de R\$ 44,6 bilhões para R\$ 43,8 bilhões.

No Senado, há pressão para mexer no limite dos precatórios e na mudança no cálculo do teto, mas o governo insiste nesses dois pontos. No Senado, Colnago afirmou que é preciso resolver o impasse para diminuir a insegurança no mercado financeiro.

RESISTÊNCIA NO SENADO. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu uma discussão sobre retirar o pagamento de precatórios do teto de gastos no futuro, mas rejeitou a possibilidade de fazer já para 2022.

O governo enfrenta resistências à PEC no Senado. Na Casa, há um grupo de senadores que pressiona pelo pagamento integral das dívidas judiciais no próximo ano, retirando essa despesa do teto, sob argumento de evitar calote e "farra fiscal" em ano de eleição.

"Sendo dívida, em tese, no futuro se poderia pensar a respeito de retirá-lo do teto de gastos públicos. O problema é fazer isso agora. Como sustentar a retirada de R\$ 89 bilhões de precatórios do teto de gastos no momento em que se exige uma absoluta responsabilidade fiscal? Fica um discurso difícil de ser defendido", disse Pacheco em debate na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), na capital paulista.

Pacheco rebateu o argumento do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que os precatórios em 2022 teriam vindo como um "meteoro". Para o presidente do Senado, o valor era algo imprevisível, mas faltou planejamento.

A forma A PEC abre espaço no Orçamento de 2022, ano eleitoral, ao adiar o pagamento de precatórios (dívidas já definidas pela Justiça) e mudar a correção do teto de gastos, a regra que limita as despesas ao ritmo da inflação.

O temor A finalidade é buscar recursos para o Auxílio Brasil, mas não há na PEC detalhes do novo programa social, o que reforça em críticos do governo a percepção de que o objetivo é apenas abrir o espaço para gastar mais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Impasse da PEC ameaça atrasar a aprovação do Orçamento de 2022



IDIANA TOMAZELLI E BÁRBARA NASCIMENTO

A necessidade de aprovar a PEC dos precatórios para liberar espaço extra às despesas do Auxílio Brasil e com outros benefícios em 2022 pode atrasar a votação do Orçamento do ano que vem, admitiu o secretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia, Ariosto Culau. Nesse cenário, haveria uma repetição do que se viu no início deste ano, quando o governo começou o ano sem que o Congresso tivesse aprovado as dotações de receitas e despesas.

A PEC, atualmente em tramitação no Senado Federal, muda a regra de cálculo do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**, e cria um sublimite para a conta de precatórios, as dívidas judiciais do governo. A votação da proposta deve ocorrer dia 30 de novembro no plenário do Senado, mas uma série de negociações sobre o teor do texto ainda está em curso.

"A expectativa nossa é, até início de dezembro, no mais tardar até 10 de dezembro, (de que) a gente possa ter as condições de aprovação da PEC para envio de uma mensagem modificativa (do Orçamento) alterando os dados. Claro, dificilmente o Congresso vai ter tempo de processar isso", reconheceu.

"Acho o tempo bastante exíguo para a aprovação." Segundo Culau, o governo precisa de "segurança jurídica adequada" para o envio da mensagem modificativa do Orçamento, incorporando o espaço adicional que a PEC proporcionará no teto de gastos.

Esse espaço foi reestimado pelo governo e está em R\$ 106,1 bilhões.

Para haver essa segurança, a PEC precisa ser aprovada.

Mesmo com o atraso no Orçamento de 2022, o secretário assegurou que o governo tem os mecanismos necessários para a execução provisória de despesas obrigatórias e de custeio para o funcionamento da máquina pública. Em ano eleitoral, a LDO de 2022 também permite a execução provisória de alguns investimentos e de obras para conservação e recuperação de rodovias. "Entendemos que não vai haver grande prejuízo ao Orçamento de 2022", disse Culau.

Apesar do risco de atraso, o secretário assegurou que a equipe segue em contato frequente com o relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), para "monitorar os tempos e movimentos da tramitação da proposta orçamentária no Congresso".

REAJUSTE. A mensagem modificativa a ser enviada pelo Ministério da Economia é necessária para que o Congresso incorpore ao Orçamento as novas estimativas para o teto de gastos e, conseqüentemente, o novo espaço para despesas.

Dos R\$ 106,1 bilhões que se abrirão, apenas R\$ 56,4 bilhões são de "livre destinação". É desse valor que sairão os R\$ 51,1 bilhões para ampliar o Auxílio Brasil e o dinheiro para prorrogar a desoneração da folha de pagamento de empresas intensivas em mão de obra.

O espaço que resta, estimado em R\$ 1,1 bilhão, é insuficiente para bancar promessas do presidente Jair Bolsonaro, como auxílio-diesel a caminhoneiros (R\$ 4 bilhões) ou reajuste a servidores (R\$ 15 bilhões para um aumento de 5%).

O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse que a eventual destinação de recursos a outras ações será uma decisão política do Congresso Nacional, desde que haja corte em outros gastos, incluindo os discricionários (que não são obrigatórios).

No entanto, ele frisou que a Economia não tem nenhuma estimativa para reajuste a servidores porque

"não chegou nada oficialmente".

Anúncio sobre folga fiscal maior em 2022 faz Bolsa cair 0,89% A cautela quanto à situação fiscal do País voltou a dar o tom ontem no mercado financeiro e levou a Bolsa de Valores a fechar em baixa de 0,89%, a 102,1 mil pontos - o menor nível desde o pregão de 6 de novembro de 2020 (a 100,9 mil pontos). Já no mercado de câmbio, a entrada de novos recursos ainda pela manhã ajudou a segurar as cotações. No fechamento do pregão, a moeda americana foi negociada a R\$ 5,59, com queda de 0,27%.

Segundo operadores, em grande parte o movimento na B3 foi afetado pela revisão feita pelo Ministério da Economia sobre o efeito da PEC dos precatórios no Orçamento do ano que vem. A projeção de folga no teto em 2022 ficou maior, passando de R\$ 91,6 bilhões para R\$ 106,1 bilhões, segundo o secretário Especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago.

A despeito de o secretário ter ressaltado que a equipe econômica busca a consolidação, o mercado ainda vê riscos de uma "farra" com recursos públicos em ano eleitoral.

"O mercado continua com o pé atrás, muito cauteloso com relação ao fiscal", diz Viviane Vieira, operadora de renda variável da B.Side Investimentos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

.....

Folga insuficiente

R\$ 1,1 bilhão é o que sobraria de fato da folga aberta com a PEC dos precatórios (caso aprovada) – mesmo com a correção da inflação – para bancar em 2022 promessas do presidente Jair Bolsonaro

R\$ 4 bilhões é a estimativa de quanto custaria o chamado auxílio-diesel a caminhoneiros

R\$ 15 bilhões seriam necessários para um aumento de 5% para os servidores

Mudanças climáticas já afetam portos brasileiros, aponta estudo

AMANDA PUPO

Preocupação crescente no mundo, os efeitos das mudanças climáticas já podem ser percebidos no setor portuário brasileiro, que precisará se tornar mais resiliente para evitar uma série de prejuízos aos usuários e para a economia no futuro.

A conclusão é de um estudo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da agência de fomento alemã GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), que mapeou as principais ameaças climáticas e os impactos da mudança do clima em 21 portos públicos brasileiros.

Com o resultado, a agência pretende subsidiar a construção de políticas públicas, além de construir uma regulação que incentive a adaptação dessas infraestruturas.

O documento, divulgado ontem, apontou os vendavais como a principal ameaça climática para o setor. Maior complexo portuário da América Latina, o Porto de Santos (SP) está entre as sete estruturas que já correm risco alto em razão dessa intempérie, junto dos portos de Imbituba (SC), Recife (PE), Rio Grande (RS), Salvador (BA), Paranaguá (PR) e Itaguaí (RJ). Esse número pode chegar a 16 em 2050, aponta o estudo, considerando riscos altos e muito altos. Quando afetam a zona portuária, os vendavais podem causar a paralisação das operações por instabilidade nos equipamentos ou o fechamento de acesso aos portos.

MAIOR RISCO. Entender e preparar os espaços para as mudanças climáticas são medidas cruciais para o setor portuário, principalmente em razão da relevância desse mercado para a economia brasileira e global.

Segundo a Antaq, os portos são responsáveis por movimentar uma média anual de R\$ 293 bilhões, representando 14,2% do PIB nacional. Além disso, 95% do comércio exterior do Brasil, em peso, passa pela infraestrutura portuária.

"A mudança do clima já está acontecendo, mas não estamos expostos a ela indefesos, a adaptação pode ser uma chance de tornar as nossas cidades e portos mais agradáveis", afirmou Friederike Sabiel, representando a embaixada alemã no evento de

lançamento do estudo.

Por estarem localizadas em zonas costeiras, as instalações portuárias são afetadas direta ou indiretamente por eventos extremos, como tempestades, aumento do nível médio do mar e inundações, por exemplo, além dos vendavais. "A intensificação desses eventos devido às alterações do clima causará impactos e perdas econômicas significativas ao setor, influenciando a economia regional e o funcionamento das cadeias de abastecimento global", aponta a Antaq. "Esperase que o levantamento possa ser o ponto de partida para a melhoria regulatória do setor", afirmou o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery.

NÍVEL DO MAR. Para o levantamento, além dos vendavais, os técnicos estudaram a vulnerabilidade dos portos para tempestades e o aumento do nível do mar. No caso das tempestades, atualmente dez portos apresentam um risco climático considerado alto ou muito alto, situação que pode gerar alagamentos nas áreas portuárias, deslizamentos e paralisação nas operações.

Se observadas as projeções para 2030, 11 portos poderão ter o risco de aumento do nível do mar classificado como alto ou muito alto, entre eles o de Santos (SP) e o de Paranaguá (PR).

O estudo apurou que poucos portos implementam medidas de adaptação. Entre as mais comuns, estão a implantação de monitoramento meteorológico, abordagem da mudança do clima no plano estratégico e realização de reuniões para debater as adaptações.

A Antaq ainda não tem resposta de como futuras adaptações desses portos serão bancadas, questão que deve ser debatida dentro do governo. A entidade tenta obter financiamentos do exterior.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O RISCO CLIMÁTICO NOS PORTOS PÚBLICOS BRASILEIROS

Estudo da Antaq e agência alemã aponta onde vendavais, tempestades e o aumento do nível do mar oferecem maiores riscos

Ranking do índice atual para risco de vendavais nos portos públicos

PORTO	ESTADO
1º Imbituba	SC
2º Santos	SP
3º Recife	PE
4º Rio Grande	RS
5º Salvador	BA
6º Paranaguá	PR
7º Itaguaí	RJ
8º Ilhéus	BA
9º São Francisco do Sul	SC
10º Rio de Janeiro	RJ
11º Fortaleza	CE
12º São Sebastião	SP
13º Aratu-Candeias	BA
14º Suape	PE
15º Natal	RN
16º Cabedelo	PB
17º Itaqui	MA
18º Angra dos Reis	RJ
19º Itajaí	SC
20º Niterói	RJ
21º Vitória	ES

Ranking do índice atual para risco de tempestade nos portos públicos

PORTO	ESTADO
1º Rio Grande	RS
2º Aratu-Candeias	BA
3º Cabedelo	PB
4º Natal	RN
5º São Francisco do Sul	SC
6º Recife	PE
7º Paranaguá	PR
8º Santos	SP
9º Imbituba	SC
10º Suape	PE
11º São Sebastião	SP
12º Fortaleza	CE
13º Rio de Janeiro	RJ
14º Salvador	BA
15º Ilhéus	BA
16º Vitória	ES
17º Itaguaí	RJ
18º Itajaí	SC
19º Itaqui	MA
20º Angra dos Reis	RJ
21º Niterói	RJ

Ranking do índice de risco para aumento do nível do mar em 2030 e 2050

PORTO	ESTADO
1º Aratu-Candeias	BA
2º Rio Grande	RS
3º Paranaguá	PR
4º Santos	SP
5º São Francisco do Sul	SC
6º Fortaleza	CE
7º Itaguaí	RJ
8º Imbituba	SC
9º São Sebastião	SP
10º Cabedelo	PB
11º Recife	PE
12º Vitória	ES
13º Suape	PE
14º Ilhéus	BA
15º Salvador	BA
16º Itaqui	MA
17º Natal	RN
18º Itajaí	SC
19º Angra dos Reis	RJ
Niterói	RJ
Rio de Janeiro	RJ

FONTE: ANTAQ / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Telefone fixo pode gerar dívida de R\$ 26 bi para União em 2023

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo prevê dívida estável mesmo com piora fiscal em 2022

Fabio Graner e Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

"Gestão econômica deve voltar aos trilhos em 2023"

Rafael Vazquez

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Relator eleva linha de pobreza do Auxílio Brasil e quer reajuste anual

Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Lula e Moro avançam nas redes

Ricardo Mendonça

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Sem saída fácil para armadilha da dívida (Artigo)

Ruchir Sharma

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187070?page=1§ion=1